

CHDS, Governo do Panamá e Ministério da Justiça patrocinam conferência sobre segurança e defesa na Mesoamérica

Nos dias 29 a 31 de julho, o Centro Hemisférico de Estudos de Defesa foi copatrocinador, juntamente com o Ministério de Governo e Justiça do Panamá, de uma conferência sobre "Desafios cruciais de segurança e defesa na Mesoamérica: Perspectivas regional, governamental e privada."

O evento ofereceu várias idéias essenciais sobre os problemas enfrentados por América Central, Panamá e México. Concentrou-se na importância da coordenação entre agências e regional quanto à segurança e defesa, na cooperação regional para melhorar as operações entre os países da América Central, em especial com as forças estadunidenses na região, na necessidade premente de edificação de instituições e no equilíbrio entre as necessidades imediatas (necessidades políticas) e as metas a longo prazo (visão estratégica).

"Essa conferência realizou duas coisas importantes para auxiliar a enfrentar os desafios que todos encaramos neste Hemisfério," disse o Dr. Richard D. Downie, Diretor do Centro. "São elas: apreciar efetivamente a natureza das ameaças que enfrentamos e, o mais importante, apontar as oportunidades para nos fortalecermos para enfrentá-las."

Embora não sejam o foco da conferência, continuam a existir grandes preocupações na região quanto à relação entre autoridades civis e militares. Diferentemente da década de 90, cuja ênfase recaía sobre a redução das verbas militares, hoje, as forças armadas da região estão sob pressão para aumentar suas missões e recursos, o que levou a um debate sobre o fato de essas tendências refletirem estritamente as necessidades de segurança ou de fazerem parte de um esforço militar para ampliar seu papel e sua presença na esfera política.

O palestrante principal, historiador latino-americano, Dr. Frederick M. Nunn, incentivou o grupo a considerar o contexto político no qual as decisões foram tomadas, ressaltando que a atenção prioritária deve incidir sobre o problema do controle político das forças armadas e os desafios por isso gerados.

A constatação essencial foi que o "presidencialismo" da América Latina favoreceu o enfraquecimento das instituições e práticas democráticas em favor da dependência das forças armadas, trazendo à baila se a democracia será, em última análise, defendida por uma instituição essencialmente não-democrática e vertical. Outra constatação foi que os papéis e as jurisdições das polícias civil e militar são, em geral, sobrepostos, gerando confusão e preocupação sobre a "militarização" do cumprimento da lei.

Também houve amplo consenso sobre a necessidade continuada de identificar os principais desafios da defesa e da segurança na região. A falta de instituições civis eficientes que garantam o cumprimento da lei e escassez de recursos contribuíram muito para este quadro. O papel do comportamento criminoso - quadrilhas organizadas, tráfico de drogas, etc. - foi um tema proeminente, mas se sugeriu que suas características e seu alcance não ficam claros e que, por exemplo, embora as gangues de jovens fossem o foco das discussões, elas, por si só, podem não representar uma ameaça para a democracia.

Houve ainda ceticismo substancial expresso sobre o valor e o alcance da Iniciativa Mérida, um pacote de três anos e de 1,5 bilhão de dólares de assistência antidrogas para o México a América Central. Embora a iniciativa tenha sido considerada um passo importante na colaboração entre os EUA e seus vizinhos do sul - oferecendo assistência mais concreta em um único ano, do que nos 12 anteriores - também se mencionou a preocupação de que isso poderia contribuir para a militarização da luta contra o crime regional, com grave efeito colateral na área dos direitos humanos. Também foi aventada a preocupação expressa de que a Mérida se concentrasse em novos paradigmas nacionais e internacionais de segurança que, no momento, são partilhados apenas por alguns poucos, e de que isso teria um efeito de extraordinário impacto contra os princípios de integração regional, que são a pedra fundamental do sistema interamericano.

Foi grande também a preocupação expressa com a falta do controle do Estado sobre as agências privadas de segurança. Em certos países da região, oficiais militares e de fiscalização do cumprimento das leis operam suas próprias empresas de segurança particulares paralelamente. Em El Salvador, a ausência de estatutos e procedimentos competentes significa que, de fato, as agências privadas têm grande liberdade para conduzir seus negócios. Na Guatemala, os agentes particulares de segurança são quase o dobro do número do efetivo policial e militar.